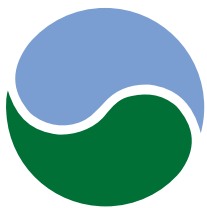


PARQUE NACIONAL DA TIJUCA

*Integrando proteção
ambiental e participação
social em áreas urbanas*



ÁGUA EM UNIDADE
DE CONSERVAÇÃO
PARQUE NACIONAL DA TIJUCA



PROGRAMA PETROBRAS
AMBIENTAL

2006
JULHO

PARQUE NACIONAL DA TIJUCA

*Integrando proteção
ambiental e participação
social em áreas urbanas*

2006
JULHO

Parque Nacional da Tijuca – Integrando proteção ambiental e participação social em áreas urbanas

Esta publicação está disponível em www.ibase.br

Julho de 2006

EXECUÇÃO

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)

Linha de Ação: 4.2 - *Educação Ambiental na Gestão Participativa: fortalecimento do conselho consultivo do Parque Nacional da Tijuca* – Projeto Água em Unidade de Conservação, projeto-piloto para a Mata Atlântica: Parque Nacional da Tijuca

COORDENAÇÃO

Nahyda Franca

EQUIPE TÉCNICA DA L 4.2

Carlos Frederico B. Loureiro

Marcus Azaziel

Laila Souza Mendes

Claudia Fragelli

Joelma Cavalcante de Souza

COLABORADORAS DA L 4.2

Denise Alves

Ana Lucia Camphora

Marta de Azevedo Irving

EDIÇÃO

Iracema Dantas

TEXTOS

Sônia Peixoto

COLABORAÇÃO

Ana Lucia Camphora

Marta de Azevedo Irving

REVISÃO

Marcelo Bessa

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Guto Miranda

CAPA

Anônimo - O plano inclinado de Santa Teresa.
Óleo sobre tela, coleção particular.

PATROCÍNIO

Programa Petrobras Ambiental

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

Avenida Rio Branco, 124, 8º andar, Centro
CEP 20040-916
Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 2509-0660 Fax: (21) 3852-3517
E-mail: ibase@ibase.br
Site: www.ibase.br

Instituto Terrazul

Ilha da Gigóia, casa 18, Barra da Tijuca
CEP 22640-310
Rio de Janeiro – RJ
Telefax: (21) 2493-5770
E-mail: terrazul@institutoterrazul.org.br
Site: www.institutoterrazul.org.br

Parque Nacional da Tijuca

Estrada da Cascatinha, 850
CEP 20531-590
Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 2492-5407 / 2494-2253

SUMÁRIO

Apresentação	5
Complexo fenômeno de desenvolvimento	5
O fortalecimento da gestão participativa em unidades de conservação: o papel do Ibase	7
Estratégias internacionais para parques urbanos: inspirações para transformação do conflito em modelo de gestão compartilhada e inclusão social	8
Aspectos históricos do Parque Nacional da Tijuca	10
O Parque Nacional da Tijuca: contexto de criação a partir do olhar sobre a história do Rio de Janeiro	10
Gestão compartilhada entre o Ibama e a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro	12
O Parque Nacional da Tijuca no contexto urbano atual	14
A ampliação do Parque Nacional da Tijuca como estratégia para preservar áreas florestadas	16
Proteção do Parque Nacional da Tijuca no bioma Mata Atlântica e Desenvolvimento Urbano Sustentável	20
Pensando uma metodologia de gestão integradora no Parque Nacional da Tijuca	24
Considerações finais	26
Referências	27

APRESENTAÇÃO

COMPLEXO FENÔMENO DE DESENVOLVIMENTO

Os parques urbanos são áreas naturais protegidas de elevada vulnerabilidade. São unidades administrativas de gestão complexa diante dos desafios enfrentados, entre os quais se incluem a pressão antrópica contínua (ou seja, ação de pessoas e diferentes grupos sociais) sobre seus limites e os quadros freqüentes de violência e exclusão social no entorno, em especial nas áreas de favelas. Por isso, é emergencial o desenvolvimento de iniciativas e estratégias visando à construção da cidadania e inclusão social, consolidando uma nova forma de agir que objetive a proteção dos recursos renováveis.

Segundo a proposta de ampliação do Parque Nacional da Tijuca:

Os Parques que se encontram em parte ou totalmente situados em áreas urbanas são considerados verdadeiras preciosidades, tendo em vista a oportunidade de recreação e lazer para a população situada no seu entorno, assim como um rico habitat para uma grande variedade de espécies do bioma ao qual pertence. Neste sentido, áreas naturais protegidas são encontradas em algumas das grandes metrópoles do mundo e, no caso do Parque Nacional da Tijuca, sua importância excede ao caráter recreacionista, tendo em vista o seu fundamental papel no fornecimento de serviços ambientais para a população da cidade do Rio de Janeiro, destacando-se: manutenção do volume hídrico pelas fontes produtoras para abastecimento da cidade; interceptação das chuvas pela serapilheira [material acumulado no entorno das árvores pela queda de suas folhas] e prevenção a desbarrancamento das encostas; atuação na regulação climática; redução do pH da chuva ao passar pelo dossel [copa das árvores]; manutenção estética da paisagem; redução da poluição atmosférica; e controle de processos erosivos. (Ibama, 2004 c)

Nesse sentido, a situação dos parques urbanos, inseridos na malha urbana do estado do Rio de Janeiro, é especial, pois eles estão sujeitos a um complexo fenômeno de desenvolvimento da cidade. Isso envolve alta pressão antrópica, mudanças urbanísticas, via de regra desordenadas, altos índices de violência, impactos ambientais e sociais acumulados historicamente, exploração e depredação dos mananciais hídricos e demais situações potencialmente impactantes à conservação da biodiversidade. Podem-se constatar esses fatos tendo como exemplos o Parque Estadual da Pedra Branca, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos e o Parque Nacional da Tijuca (PNT).

Nos limites do PNT, verifica-se a existência de 43 assentamentos de baixa renda (favelas) circundando a unidade de conservação (UC) (ver Iser, 2000). Além da desenfreada expansão urbana, o PNT sofre impactos significativos em função do grande número de visitantes – estima-se que mais de 1,5 milhão de pessoas o visitem anualmente – com grande geração de lixo, depredação de suas instalações, além do comprometimento de seus recursos hídricos e da sua biodiversidade.

Pelo exposto, de acordo com Peixoto e colaboradores (2006):

a problemática da violência no entorno do PNT vem sendo significativamente aumentada ao longo do tempo. O Mapa de Violência no Brasil, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (Unesco, 2004), informa que o estado do Rio de Janeiro apresenta taxas de homicídio subindo de 50,9 em 2002 para 56,3 em 2004, por cem mil habitantes, com crescimento de 10,6%, comparando-se os períodos. A cidade do Rio de Janeiro apresenta taxa de 64,2 por cem mil habitantes, em quarto lugar entre as regiões metropolitanas do país.

Diante desta complexidade, a gestão do Parque Nacional da Tijuca enfrenta constantes desafios. Entre eles, encontram-se a construção de uma relação harmoniosa entre floresta e cidade e a integração de estratégias de preservação da biodiversidade e inclusão social. Assim, essas são questões-chave para que o Parque Nacional da Tijuca cumpra com seu objetivo básico de manejo: “a preservação do ecossistema natural, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico”, conforme a definição da categoria parque nacional contida na Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Brasil, 2000 b).

O projeto Água em Unidade de Conservação foi proposto pelo PNT e elaborado em parceria pelo Instituto Terrazul, executor do projeto, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Wildlife Conservation Society e Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Considerado um projeto-piloto para a Mata Atlântica, teve as seguintes linhas de ação:

1. Monitoramento e Qualidade de Água;
2. Proteção, Manejo e Recuperação do Ecossistema Natural;
3. Planejamento e Gestão para a Sustentabilidade Econômica;
- 4.1. Educação Ambiental para Gestão Comunidade / Escola;
- 4.2. Educação Ambiental – Consolidação e Fortalecimento do Conselho Consultivo.

Nesse contexto, objetivando minimizar os desafios verificados em parques nacionais urbanos, são fundamentais a inserção e a efetiva participação da sociedade na gestão das UC, a partir do estabelecimento do conselho gestor, de natureza consultiva, cuja consolidação vem sendo desenvolvida pela Linha de Ação 4.2 (Educação Ambiental na Gestão Participativa: consolidação e fortalecimento do conselho consultivo do Parque Nacional da Tijuca), sob a coordenação do Ibase.

Com efeito, a gestão da UC dará um salto qualitativo nos aspectos de governança, visibilidade de seus atos e efetivo controle e participação social, auxiliando a resolução de conflitos que constantemente se apresentam para uma área natural protegida da importância e complexidade do PNT.

SÔNIA L. PEIXOTO

Chefe do Parque Nacional da Tijuca e Coordenadora institucional do Projeto Água em Unidade de Conservação

O FORTALECIMENTO DA GESTÃO PARTICIPATIVA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O PAPEL DO IBASE

O centro e a referência básica do trabalho do Ibase são o fortalecimento da democracia. Uma de suas estratégias para cumprir tal missão é a qualificação de pessoas e grupos estratégicos com capacidade de intervir em processos que contribuam para a construção de uma sociedade mais democrática.

Espaços colegiados e descentralizados de gestão, como conselhos de direitos, são instâncias privilegiadas do exercício da democracia e da participação. Nesse sentido, o papel do Ibase em ações voltadas para o fortalecimento da gestão participativa em UC tem sido criar as condições necessárias que facilitem a interlocução entre os diferentes atores envolvidos.

A metodologia proposta pelo Ibase, em consonância com a Coordenação Geral de Educação Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para atuação em UC, parte da criação coletiva de um espaço sistemático de conversação, explicitação e negociação de diferentes interesses e da aprendizagem compartilhada, envolvendo variados saberes e referências. Por meio de práticas e metodologias participativas, a linha de ação busca alternativas técnicas e políticas capazes de aprimorar práticas sociais e fortalecer a gestão democrática do PNT.

A educação ambiental é utilizada como um instrumento que contribui para disponibilizar informações qualificadas e atualizadas, compartilhar percepções e compreensões e ampliar a capacidade de diálogo e de atuação conjunta comprometida com a missão de uma UC.

Com esse objetivo, algumas apostilas foram elaboradas para apoiar o processo. Este texto é parte de um conjunto de cinco apostilas produzidas no âmbito do projeto Água em Unidade de Conservação. Tem o propósito de contribuir para o processo educativo que a linha de educação ambiental do referido projeto estabelece com os membros do conselho consultivo do PNT e parceiros estratégicos. Inclui-se nas iniciativas de fortalecimento desse conselho e da gestão participativa do parque.

NAHYDA FRANCA

Pesquisadora do Ibase e coordenadora da Linha de Ação 4.2 – Educação Ambiental na Gestão Participativa: consolidação e fortalecimento do conselho consultivo. Projeto Água em Unidade de Conservação, Parque Nacional da Tijuca

ESTRATÉGIAS INTERNACIONAIS PARA PARQUES URBANOS: INSPIRAÇÕES PARA TRANSFORMAÇÃO DO CONFLITO EM MODELO DE GESTÃO COMPARTILHADA E INCLUSÃO SOCIAL

Parques nacionais representam áreas estratégicas para a proteção da biodiversidade, quer no plano local, quer no global. É preciso reconhecer que diferentes contextos se sobrepõem e inspiram a avaliação crítica de modelos de gestão existentes para a construção de novos modelos. O local existe na escala nacional e é, ao mesmo tempo, inseparável da escala global.

No V Congresso Mundial de Parques, realizado em Durban, África do Sul, em 2003, considerou-se que uma das estratégias essenciais para assegurar a gestão efetiva das áreas protegidas, em âmbito mundial, se vincula à necessidade de maior sinergia entre a Convenção do Patrimônio Mundial e a Convenção da Diversidade Biológica (IUCN, 2003).

Algumas experiências internacionais de gestão de áreas protegidas em zonas de conflito ilustram diferentes oportunidades e limitações aos objetivos de conservação da biodiversidade (Ishwaran; Debonnet, 2004):

- > O Parque Nacional Plitvice Lakes, na Croácia, foi declarado patrimônio mundial, quando o país ainda era considerado parte da Iugoslávia. Com a independência da Croácia, a área transformou-se em zona de conflito; nesse período foi anunciado que rebeldes que ocuparam a área tinham planos de explodir represas que continham os fluxos hídricos das cachoeiras do parque. A Comissão do Patrimônio Mundial considerou o Parque Nacional Plitvice Lakes um sítio ameaçado em 1991, dando início à missão internacional (United Nations Protection Forces, Unesco e IUCN) para verificar as condições de conservação da área. Apenas em 1996, a comissão retirou o parque da Lista do Patrimônio Mundial Ameaçado.
- > O Manas Wildlife Sanctuary, localizado na fronteira entre a Índia e o Butão, preserva diversas espécies ameaçadas, como o rinoceronte asiático e o tigre. No fim da década de 1980, militantes armados separatistas utilizaram essa área para circular livremente na fronteira entre os dois países. Entre 1989 e 1992, 33 rinocerontes desapareceram. A missão enviada desenvolveu um plano de recuperação da área, que sofreu significativas perdas de fauna. Até 2003, a situação de conflito entre militantes da tribo de Bodo e o governo da Índia parece evoluir para uma maior cooperação com relação à proteção dos ecossistemas da região.
- > A República Democrática do Congo abriga cinco sítios do Patrimônio Mundial (Parques Nacionais de Virunga, Garamba, Kahuzi Biega e Salonga, e Reserva de Vida Selvagem de Okapi) em uma das mais ricas regiões de biodiversidade do planeta, em um contexto de extrema pobreza e conflitos políticos e sociais armados. Em 1999, iniciou-se o programa Conservação de Biodiversidade em Regiões de Conflito Armado: Protegendo o Patrimônio Natural Mundial na

República Democrática do Congo. Durante quatro anos, foram implementadas ações para o fornecimento de apoio financeiro, alimentação e medicamento para as equipes das cinco áreas; mecanismos integrados de colaboração para ações prioritárias de gestão; treinamento das equipes para o desenvolvimento de habilidades e competência para assegurar condições morais para administração em períodos de incerteza e alto risco; suporte à proteção e ao monitoramento da biodiversidade; organização de missões diplomáticas e técnicas para a República do Congo, Uganda e Ruanda.

Respostas para os inúmeros desafios associados a condições de conflito têm como objetivos:

- > fortalecer estratégias de conservação;
- > promover abordagens holísticas (quer dizer, “olhando o todo”) sobre biomas;
- > facilitar a gestão dos recursos, sendo que o caso do PNT se refere a conflitos urbanos em seus limites territoriais;
- > promover diferentes níveis de cooperação internacional;
- > atrair aportes financeiros adicionais;
- > promover compromisso entre agentes locais, regionais e internacionais;
- > facilitar pesquisas prioritárias;
- > gerar benefícios econômicos para contextos locais e nacionais; e
- > promover maior controle sobre problemas de fronteira associados a incêndios, doenças, controle biológico, poluição e extração ilegal dos recursos (Movchan, 2004).

As estratégias anteriormente apresentadas encontram-se de acordo com argumentos internacionais, como o do economista indiano Vinod Thomas. Em entrevista à revista *Veja*, na edição 1.953, de 26 de abril de 2006, Thomas afirmou que, com a pressão do “mundo globalizado”, a “questão ambiental” é fundamental para que o Brasil possa, efetivamente, alcançar seu lugar de destaque no panorama mundial – e, como exemplo, citou o ecoturismo. De acordo com o economista, “nenhuma nação no mundo tem tanto potencial nessa área como o Brasil, que mesmo assim se deixou ultrapassar pela Tailândia e Costa Rica”.

A declaração do economista vêm ao encontro do que se pretende realizar no Parque Nacional da Tijuca, ou seja, um ecoturismo sustentado que considere a inclusão social e a geração de emprego e renda para membros das comunidades que se encontram no seu entorno imediato. Em outras palavras, deseja-se uma maior participação social na gestão da UC.

ASPECTOS HISTÓRICOS DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA

O PARQUE NACIONAL DA TIJUCA: CONTEXTO DE CRIAÇÃO A PARTIR DO OLHAR SOBRE A HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO

A área do Maciço da Tijuca, coberta pela Mata Atlântica (que existia em todo o litoral do Brasil), ficou quase intocada até meados do século XVII. A população indígena, que habitava primeiramente o território, concentrava-se à beira-mar, vivendo da caça, da pesca, do roçado de mandioca e da coleta de frutas.

Durante o século XVI, a necessidade de proteger o litoral do Rio de Janeiro contra o ataque de estrangeiros, aliada ao medo da mata com tribos indígenas não aliadas, levou os portugueses a instalarem o núcleo urbano próximo à Baía de Guanabara.

A partir do século XVII, aumentou o processo de desmatamento, pela extração de madeira para a construção de novas habitações da cidade, que precisava crescer. Somavam-se a isso as atividades agrícolas, que coexistiram na área até o fim do século XIX. As primeiras plantações no Rio foram de cana-de-açúcar, que ocuparam, inicialmente, grandes áreas da baixada e se expandiram, depois, para as encostas do Maciço da Tijuca, cujas florestas foram sendo conquistadas por meio de queimadas.

Por volta de 1760, o café começou a ser plantado no Rio de Janeiro, expandindo-se pela área agrícola da cidade, chegando mesmo, em alguns sítios, a substituir a cultura da cana. O café cobriu morros da Gávea, ao redor da Lagoa, ocupou a Gávea Pequena e a área alta da Tijuca, aproveitando o solo florestal ainda rico das colinas.

Dado o deslocamento da agricultura cafeeira para o Vale do Paraíba, as grandes fazendas foram aos poucos sendo retalhadas em chácaras, nas quais passaram a habitar importantes cavalheiros da corte imperial. Algumas dessas residências chegaram até os nossos dias e são importantes patrimônios arquitetônicos, históricos e artísticos.

Ao mesmo tempo em que acontecia a ocupação agrícola e a expansão urbana, causando desmatamento dos morros ao redor da cidade, uma questão começou a preocupar as autoridades no Rio: o abastecimento de água.

A falta de água ou sua baixa qualidade sempre foram um problema de parte da população carioca. Inicialmente, foram ocupadas as zonas baixas e pantanosas, onde a água disponível, de poço, era pouca e ruim para o consumo humano. Esse problema de abastecimento permanece até os dias atuais.

Desde 1818, áreas que hoje pertencem ao PNT foram desapropriadas, em geral para abastecer de água a cidade do Rio de Janeiro e garantir a proteção das nascentes e a conservação dos rios Carioca e Maracanã.

A partir do fim do século XIX, o crescimento da cidade aumentou e passou a ser o principal fator de interferência no equilíbrio natural dos morros. Nessa época, novos agentes entraram em cena, substituindo os fazendeiros e donos de engenhos, responsáveis pelos cortes e queimadas que destruíram a floresta e empobreceram o solo.

Em 1861, o major Manoel Gomes Archer foi designado o primeiro administrador da então Floresta da Tijuca. Nesse mesmo ano, iniciou o reflorestamento: até 1874, foram plantadas mais de 60 mil árvores, em sua maioria, plantas nativas. Contou com o trabalho de seis escravos e, posteriormente, de 22 trabalhadores assalariados.

O segundo administrador da floresta, barão Gastão d'Escagnole (de 1874 a 1888), continuou o replantio, introduzindo cerca de 30 mil mudas (algumas do Jardim Botânico), inclusive plantas exóticas (originárias até de outros continentes). Nessa administração, a floresta passou pela transformação de seus espaços, que passaram a ter aspecto de parque – com recantos, fontes e lagos, sob a ajuda do paisagista francês Auguste Glaziou (vide Heynemann, 1995).

Com o crescimento da cidade do Rio de Janeiro, a população com maior renda pagou altos preços para se localizar em bairros com boa infra-estrutura. A de baixa renda, por sua vez, localizou-se em áreas desfavoráveis, com todas as conseqüências em termos de qualidade de vida.

A partir da década de 1950, com a intensificação dos fluxos migratórios, áreas muito inclinadas passaram a ser ocupadas com maior freqüência pelas pessoas mais pobres, formando várias favelas. Hoje, essa situação atingiu níveis alarmantes, com graves desequilíbrios que marcam o desenvolvimento do Rio.

Embora o Maciço da Tijuca fosse um obstáculo natural à expansão do núcleo central da cidade em direção à Baixada de Jacarepaguá (e à Barra da Tijuca), desde as primeiras décadas do século XX foi cortado por duas estradas (Grajaú–Jacarepaguá, atual Avenida Menezes Cortes, e a Estrada de Furnas – no lado sul, a Estrada das Canoas), que conectaram a Zona Norte e a Zona Oeste da cidade. A Avenida Niemeyer conectou o cordão costeiro da Zona Sul à Barra da Tijuca. Ao longo de tais estradas, há fortes pressões contra o PNT pela favelização, a qual avançou em conseqüência da falta de políticas públicas para o acesso democrático ao espaço urbano.

O parque foi criado em 6 de julho de 1961, pelo Decreto Federal 50.923, como “Parque Nacional do Rio de Janeiro”, no antigo estado da Guanabara. Era constituído pelas áreas de florestas de domínio público da União, denominadas Tijuca, Paineiras, Corcovado, Gávea Pequena, Trapicheiro, Andaraí, Três Rios e Covanca. Em 1966, o parque foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Em 8 de fevereiro de 1967, o Decreto Federal 60.183 alterou o nome para Parque Nacional da Tijuca e definiu seus limites, com três áreas separadas por vias públicas, denominadas: Floresta da Tijuca (setor A), Conjunto Corcovado-Sumaré-Gávea Pequena (Setor B) e Conjunto Pedra Bonita-Pedra da Gávea (Setor C). Por meio do Decreto Federal s/n de 3 de julho de 2004, o PNT teve corrigidos e ampliados seus limites, englobando o Parque Lage e o setor D, composto por Covanca/Pretos Forros.

Após a criação do atual PNT e o aumento da pressão urbana, o Decreto 322/1976 estabeleceu novas regras de construção de habitações. Assim, criou-se uma faixa de proteção no seu entorno, englobando o seu maciço, e proibiram-se construções em pontos acima de 100 metros de altura.

Posteriormente a esse decreto, surgiram outros que regularam áreas diversas já ocupadas no maciço. Numa delas, no eixo Furnas-Edson Passos, foi recomendada a criação de área de proteção ambiental e recuperação urbana (Aparu) do Alto da Boa Vista. A “recomendação” ocorreu em 1992, ano da Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Logo após a conferência, criou-se o Parque Estadual da Pedra Branca (que poderá ser ligado por corredores ecológicos ao PNT, o que seria, portanto, elemento de integração importante).

GESTÃO COMPARTILHADA ENTRE O IBAMA E A PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO¹

O convênio de gestão compartilhada entre o Ibama e a Prefeitura do município do Rio de Janeiro vigora desde 1999, com o objetivo de ampliar serviços de manutenção, conservação, manejo, fiscalização, sendo renovado a cada dois anos.

O processo de parcerias para a construção de um novo modelo de gestão representa um desafio ainda recente na política ambiental brasileira. A discussão sobre o que produz efetivamente a gestão compartilhada de uma área protegida ainda está longe de alcançar um consenso.

Os objetivos específicos da gestão compartilhada representam estratégias de engajamento social para a co-responsabilidade nos processos de proteção do patrimônio natural, histórico e cultural do PNT, cuja área abriga espécies significativas do bioma Mata Atlântica.

Na gestão compartilhada, cabe ao Ibama:

- > aplicar os recursos financeiros gerados pela arrecadação de taxas e serviços na implementação de projetos no interior do PNT;
- > aprimorar os instrumentos de gestão e manutenção dos recursos humanos (bem como os encargos concernentes a estes);
- > manter o custeio de despesas de manutenção, bens e equipamentos, exercício de competência normativa, de controle e fiscalização e gerenciamento de equipes técnicas na execução de projetos.

Ao município, na citada parceria, compete:

- > manter um Núcleo Municipal de Apoio ao PNT (vinculado à Secretaria Municipal do Meio Ambiente);
- > garantir a limpeza e a conservação de áreas de uso público;
- > manter nas unidades o efetivo do Grupo de Defesa Ambiental (GDA) e do Grupo de Apoio ao Turista (GAT);
- > envolver outros órgãos municipais no suporte a atividades inerentes aos parques, gerenciar equipes técnicas do município na execução de projetos e atividades nos referidos parques.

O modelo de gestão considerado também visa promover mecanismos de participação dos atores que interagem com a UC, de forma a assegurar os meios necessários ao seu diálogo, bem como assegurar à população da cidade e demais visitantes as condições para a satisfação de suas necessidades recreativas, educacionais e culturais quando em visita ao parque.

¹ Texto retirado do Plano de Negócios do Parque Nacional da Tijuca, 2004.

Com a participação do município na gestão do PNT, é garantida a conservação das áreas de uso público, reflorestamento e ecolimites e o atendimento às escolas. Assim, a partir de 2001, os recursos federais puderam ser utilizados na construção do Centro de Visitantes, que, desde a sua inauguração, já atendeu mais de 100 mil visitantes. O Ibama, por sua vez, implementou o Programa de Prevenção à Incêndios (Previfogo) com a contratação e a capacitação de jovens das comunidades do entorno atuando como brigadistas. Além disso, ampliou os programas de manejo e educação ambiental e iniciou o processo de produção científica, com a divulgação de trabalhos nos âmbitos nacional e internacional.

Em 2002, os recursos envolvidos no PNT pelos parceiros foram da ordem de R\$ 6 milhões, dos quais 50% aportados, igualmente, por cada um dos co-gestores (Ibama e Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro). Atualmente, o Ibama aporta mais do que 100% dos recursos financeiros arrecadados em ingressos no Corcovado.

Além disso, há projetos da prefeitura que tentam diminuir os impactos gerados pela poluição e as ameaças de invasões da área, como o Ecolimites e o Programa Mutirão de Reflorestamento, que pretendem, entre outros aspectos, proteger os limites da UC.²

² Atualmente, a co-gestão com a Prefeitura do Rio de Janeiro encontra-se parcialmente suspensa, mas a UC ainda conta com o apoio da Comlurb, Guarda Municipal e outras instituições municipais em intervenções específicas.

O PARQUE NACIONAL DA TIJUCA NO CONTEXTO URBANO ATUAL

Em 3 de junho de 2004, o PNT teve suas áreas ampliadas, passando de 3.200 hectares para 3.953 hectares, com a correção dos seus limites e a inclusão do conjunto Pretos Forros/Covanca e Parque Lage. Conhecido como uma das maiores florestas urbanas do mundo, o PNT possui grande beleza cênica (montanhas, cachoeiras, riachos, fauna e flora da Mata Atlântica). É importante área de lazer, de esportes e é ponto de atração turística nacional e internacional, contendo símbolos da cidade e do país: Corcovado (com a estátua do Cristo Redentor), Vista Chinesa e Mesa do Imperador, que foram visitados por figuras importantes como Albert Einstein (Tolmasquim, 2003; Mourão, 2005).

A identidade da cidade do Rio de Janeiro não pode ser separada do PNT. Contudo, a maioria da população não sabe, por exemplo, que o Corcovado faz parte do parque e que a “Floresta da Tijuca” é sua unidade administrativa, submetido, portanto, às regras específicas dos objetivos de um parque nacional.

O cidadão ou a cidadã “comum” muitas vezes não consegue identificar os limites espaciais do PNT. Não tem clareza sobre a função de um parque nacional e tem, em relação a ele, uma vivência diária distanciada. Assim, é necessário que sejam desenvolvidas formas para melhorar essa relação entre os diferentes atores sociais e o PNT.

É preciso uma comunicação mais eficiente entre o PNT e o restante da cidade, ou seja, informar melhor à população da importância artística, histórica e ecológica do parque, e das regras legais para sua utilização (enfim, criar, no imaginário dos cidadãos e cidadãs, um símbolo de natureza “próximo” à sua realidade de vida).

As subáreas do PNT são diferenciadas pelo uso e pela ocupação, características ambientais, culturais e estados de conservação, tendo, no entanto, em comum, problemas de infra-estrutura, de manutenção, situação fundiária (propriedade de terrenos e habitações) não totalmente resolvida legalmente e pressão antrópica.

Apesar da proibição da urbanização daquelas áreas acima da cota de 100 metros, a partir do nível do mar, a ocupação continua ocorrendo aceleradamente, trazendo graves transtornos ao PNT.

O entrelaçamento de áreas urbanas com o PNT envolvendo simultaneamente a relação com populações de baixa e alta renda é um padrão observado em outras megacidades do planeta, como a Cidade do México (no México) e Nova Delhi (na Índia).

A população excluída, de baixa renda, do Rio tem crescido, e grande parte (aproximadamente 33%, de acordo com Iser, 2000) habita as áreas das encostas do Maciço Atlântico. Isso ocorre com desmatamento, causando desequilíbrios ambientais, deslizamentos e até mesmo mortes. É muito importante, então, avaliar as consequências de tal processo para esses habitantes da cidade e para a integridade do PNT,

buscando soluções pelo Estado, no âmbito federal em integração com as políticas estadual e municipal.

Outro problema conflitante para a proteção do PNT se relaciona à problemática da ocupação das empresas de comunicação localizadas no Morro do Sumaré:

Há registros de que as primeiras autorizações para a ocupação de áreas do Parque Nacional da Tijuca para implantação de tais atividades se remete ao início dos anos 70, quando o antigo IBDF autorizou, a título precário e gratuito, as primeiras construções e instalações de torres e equipamentos de transmissão na cumeada do morro do Sumaré. Segundo documentação apresentada por alguns dos ocupantes, a partir dessa época foram fornecidas cerca de dez autorizações, incluindo entidades públicas e privadas.

(Almeida; Peixoto, 1997)

Ainda segundo o mesmo trabalho, os empreendimentos de comunicação apresentam uma das interferências ou interrelações da área urbana com o PNT – *locus* preferencial e estratégico para instalação de antenas de radiodifusão e telecomunicações e outras atividades afins.

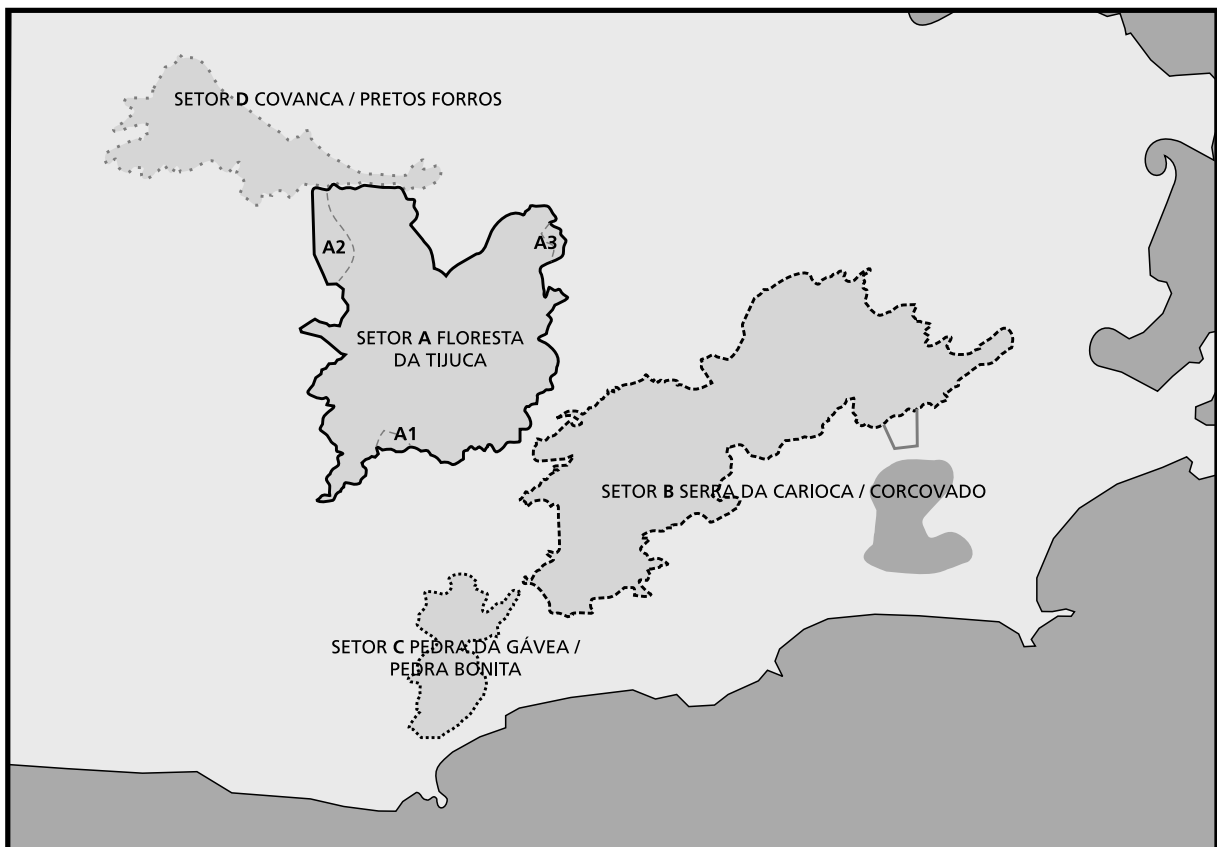
Ciente de ser impossível viabilizar a proposta de retirada daquelas instalações, que atingiria não só as emissoras de rádio e televisão, mas também os órgãos de segurança pública, a administração do PNT atua em várias frentes para a solução desse problema, com:

- > a intensificação da fiscalização; e
- > o cadastramento de todas as pessoas que ocupam áreas do PNT, visando à regularização da ocupação (na atualização do Plano de Manejo do Parque, essa área é caracterizada como de conflito).








A gestão do PNT implica, necessariamente, parcerias com instituições públicas, instituições de pesquisa, organizações não-governamentais, associações de moradores, iniciativa privada etc. O estabelecimento de parcerias é vital para a consecução dos objetivos de manejo da UC, tendo em vista a sua singularidade e complexidade por se encontrar totalmente inserida em uma metrópole.

A AMPLIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA COMO ESTRATÉGIA PARA PRESERVAR DE ÁREAS FLORESTADAS

O Parque Nacional da Tijuca, antes de sua recente ampliação, era composto de três áreas separadas por vias públicas, denominadas: Floresta da Tijuca (setor A), Conjunto Corcovado-Sumaré-Gávea Pequena (Setor B) e Conjunto Pedra Bonita-Pedra da Gávea (Setor C). Recentemente, houve uma ampliação do PNT, e mais um setor foi criado: Serra dos Pretos Forros/Covanca (Setor D).



PARQUE NACIONAL DA TIJUCA

	SETOR FLORESTA DA TIJUCA Área: 14.732.718,68 m ² Perímetro: 24.889,56 m		SETOR SERRA DA CARIOCA/CORCOVADO Área: 17.047.555,75 m ² Perímetro: 34.721,56 m
	ÁREAS INCORPORADAS AO PNT: (SETOR FLORESTA DA TIJUCA)		SETOR PEDRA DA GÁVEA/PEDRA BONITA Área: 2.578.421,16 m ² Perímetro: 10.117,12 m
A3. ÁREA DA VILA RICA.	Área: 121.111,86 m ²		ÁREA TOTAL DO PNT: 34.749.989,27 m ²
A2. LIMITE RETIFICADO DA COVA DA ONÇA			ÁREA DO PARQUE LAGE. Área: 274.192,86 m ²
A1. LIMITE RETIFICADO DO THEDIM			SETOR COVANCA/PRETOS FORROS Área: 5.007.768,14 m ²
TOTAL DE ÁREAS INCORPORADAS:	391.293,70		

1. SETOR FLORESTA DA TIJUCA (SETOR A)

O **setor A** apresenta uma área de 14.732.718,68 metros quadrados, ou seja, 1.473,27 hectares.

É formado pelo conjunto de Florestas do Andaraí, Tijuca e Três Rios e é a área mais visitada pela população local. Possui um acesso principal, denominado Portão da Cascatinha, e um portão de saída, localizado próximo ao Açude da Solidão.

A Floresta da Tijuca dispõe de várias áreas de uso intensivo, onde estão localizados restaurantes, cachoeiras, represas, áreas de lazer e de piquenique, inúmeras trilhas, grutas e mirantes. Nesse setor, também estão situados prédios históricos, como a Capela Mairynk, o Barracão (onde se localiza a sede do PNT), a antiga sede campestre da Hípica, a casa-sede da Fazenda Luiz Fernandes e várias ruínas do século XIX.

Quando da publicação do Decreto Federal 60.183, que instituiu os limites do PNT, algumas incorreções foram cometidas na parte descritiva, gerando uma incompatibilidade entre esta e o mapa ao qual faz referência.

Área A1: Thedim e Três Rios – Nesse Trecho houve um equívoco na parte descritiva do decreto, pois as altitudes assinaladas (art. 6º, letra d, § 7º) nos pontos 19 e 20 não condizem com o traçado do mapa original (Escala 1:5.000 - 1961 3UR - SGVU).

Área A2: Cova da Onça – Por um erro de cartografia da época, utilizou-se como limite um riacho que não era o descrito no decreto (Art. 6º, letra d, § 3º). Esses erros puderam ser identificados atualmente em virtude dos avanços tecnológicos na área de geoprocessamento e cartografia.

Área A3 – Vila Rica: Não foi englobada quando da publicação do decreto, em 1967. No entanto, esse trecho de floresta, que também é de domínio público da União, apresenta uma grande importância do ponto de vista histórico/cultural/arqueológico, uma vez que, nessa área, foram identificadas ruínas de antigas fazendas de café do século XIX e grutas. A área teve seu processo de desapropriação iniciado a partir da segunda metade do século XIX, para fins de abastecimento de água da população do Rio de Janeiro.

2. CONJUNTO CORCOVADO – SUMARÉ – GÁVEA PEQUENA (SERRA DA CARIOCA) (SETOR B)

Esse trecho possui uma área de 117.100,82 metros quadrados e perímetro de 1.764,07 metros. O decreto de 1967, que estabeleceu os limites do PNT, deixou de fora uma área de extrema importância arqueológica e de mananciais.

Nesse setor, localiza-se o monumento do Cristo Redentor, símbolo maior da cidade do Rio de Janeiro. O deslocamento nesse setor se dá por uma série de estradas, tais como: do Redentor, da Vista Chinesa e do Sumaré. Apresenta áreas de uso intensivo, com cachoeiras, grutas, mirantes e áreas de piquenique e áreas de uso restrito, encravadas em vales de difícil acesso, como a Mata do Pai Ricardo.

3. CONJUNTO PEDRA BONITA – PEDRA DA GÁVEA (SETOR C)

O setor C possui uma área de 2.578.421,16 metros quadrados e perímetro de 10.117,12 metros.

De todos os setores do PNT, é o que mais impressiona por suas características geomorfológicas (rochosas). A Pedra da Gávea é o maior monolito encontrado no mundo. Esse setor é muito freqüentado por praticantes de esportes, tais como o montanhismo e o vôo livre, possuindo inclusive benfeitorias estruturais próprias para a prática desse último esporte, como acesso viário, rampa, quiosque e banheiros. A área também possui trilhas, mas o uso se torna mais restrito por causa da predominância da morfologia rochosa.

4. CONJUNTO PRETOS FORROS/COVANCA (SETOR D)

Desapropriada no tempo do Império com o objetivo de proteger os mananciais da cidade do Rio de Janeiro, Covanca e Pretos Forros fizeram parte da criação do Parque Nacional do Rio de Janeiro, Decreto 50.923, de 6 de junho de 1961. Porém, em 8 de fevereiro de 1967, quando o Decreto Federal 60.183 alterou o seu nome para Parque Nacional da Tijuca e estabeleceu os atuais limites, essa área ficou excluída do PNT.

A área, localizada a norte e noroeste do setor da Floresta da Tijuca e separada dele apenas pela estrada Grajaú–Jacarepaguá, constitui uma extensão natural do PNT. No entorno dessa área, encontra-se a comunidade de Inácio Dias, abaixo da cota 100.

A área foi delimitada tendo como parâmetro o contorno da cobertura vegetal ainda com relevância. Além disso, optou por incluir áreas com estágio inicial de regeneração por pertencerem à União e se encontrarem afastadas de aglomerados urbanos.

A área de 478,22 hectares (4.782.299,2948 metros quadrados) e perímetro de 14.269,7318 metros apresenta atualmente uma cobertura vegetal em vários estágios de regeneração, dispondo também de algumas áreas com vegetação natural e pelo menos próxima ao seu clímax. Além da óbvia troca de polinização e dispersão de sementes, serve para a expansão dos animais alados, permitindo que os de maior resistência de vôo possam passar por seu espaço e atingir outras matas, fazendo, dessa forma, uma conexão com o Parque Estadual da Pedra Branca. Assim, a existência dessa área contribui em muito para a manutenção do ecossistema e o aumento da viabilidade de populações da fauna e flora.

5. PARQUE LAGE (INCORPORADO AO SETOR B)

O Parque Henrique Lage é considerado uma das mais importantes áreas de lazer da cidade. Situado abaixo do Corcovado e entre a Rua Jardim Botânico e o PNT, serve como área tampão para o parque nacional. Trata-se de uma área sobre a qual recaem as normas disciplinadoras do Regulamento de Parques Nacionais Brasileiros, como unidade de conservação.

Inicialmente, a área do Parque Lage integrava as terras do Engenho de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, que também deram origem ao Jardim Botânico. Durante mais de dois séculos, a propriedade, localizada entre a Lagoa e o Maciço da Tijuca, pertenceu à família de Rodrigo de Freitas Mello, que a adquiriu em 1611.

Em meados do século XIX, os herdeiros de Rodrigo de Freitas decidiram ocupar a sede da fazenda, que ali se localizava, como residência oficial da família. Para transformar o aspecto da antiga chácara, contrataram o paisagista britânico John Tyndale,

responsável pela execução de um jardim típico inglês, cujos traços originais ainda hoje se mantêm.

A propriedade foi adquirida pelo comendador Antônio Martins Lage, em 1859, passando a ser conhecida como Chácara do Lage. A família Lage executou muitas benfeitorias na propriedade, até 1913, quando a vendeu. Apenas um ano após a venda, a chácara retornou à família Lage, pelas mãos de Henrique Lage, herdeiro do comendador, que construiu nova residência em estilo eclético, projeto do arquiteto italiano Mário Vodret. A mansão ficou então conhecida como Solar Henrique Lage. Após sua morte, em 1941, a propriedade foi adquirida por uma empresa imobiliária, que a manteve sem uso até a década seguinte, quando decidiu construir ali um conjunto de edifícios.

Em 1957, foram iniciadas solicitações ao órgão responsável pela preservação de bens em âmbito federal, visando ao tombamento do parque, para resguardá-lo da transformação pretendida. Entretanto, a sua proteção efetiva somente ocorreu em 1965, com o tombamento realizado pelo antigo estado da Guanabara. Em 1976, foi consagrada a preservação integral desse patrimônio ambiental, por meio da desapropriação pela União.

Por meio do Decreto Presidencial 80.494, de 5 de outubro de 1977, o parque foi cedido ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), passando a ser administrado pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ). Em 1999, a administração do parque encontrava-se sob a tutela do Ibama, por força de decisão judicial.

Ressalta-se que o Decreto Presidencial s/nº de 25 de abril de 1991 concedeu o uso, por dez anos, do conjunto arquitetônico Mansão dos Lages ao governo do estado do Rio de Janeiro para sede da Escola de Belas Artes Visuais (alterando o decreto de 1977), cuja cessão venceu em 2001. Em 2002, houve a cessão de uso da Superintendência do Patrimônio da União (SPU) ao governo do estado do Rio de Janeiro até 2007.

Em julho de 2001, foi renovado o convênio de co-gestão do PNT entre o Ibama e a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, englobando na parceria o Parque Lage. A área total é de 274.192,8636 metros quadrados, e o perímetro é de 2.095,48 metros.

PROTEÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA NO BIOMA MATA ATLÂNTICA E DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

De acordo com a proposta de ampliação do Parque Nacional da Tijuca:

No estado do Rio de Janeiro, importantes remanescentes florestais constituem grandes blocos de vegetação contínua, nos quais ainda ocorre um grau relativamente elevado de conectividade. Esses blocos podem ser reconhecidos como grandes unidades, pois possuem um conjunto de elementos e características mais peculiares a suas áreas florestadas, o que facilita a percepção de maior coesão interna em termos biológicos, climáticos e edáficos [quer dizer, da camada mais superficial e móvel do solo]. A manutenção do grau de conectividade entre esses grandes blocos, depende exclusivamente dos vários e pequenos fragmentos isolados que ainda existem. Portanto, a preservação desses pequenos fragmentos é de suma importância, uma vez que além da preservação de habitats, fundamental para manter a diversidade biológica, o estabelecimento de corredores interligando tanto os grandes remanescentes florestais quanto os fragmentos de habitats em diferentes áreas do estado é importante ferramenta para a manutenção da diversidade biológica. (Ibama, 2004 c)

Considerando os elevados índices de perda de áreas florestadas no estado do Rio de Janeiro e, também, a natureza dos problemas socioeconômicos responsáveis atualmente pela redução da área florestada dos remanescentes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a proposição de correção dos limites da Floresta da Tijuca e ampliação da área do PNT foi um movimento histórico e representa muito no contexto histórico ambiental para a conservação da Mata Atlântica brasileira.

A ampliação do PNT implica maiores responsabilidades para a sua conservação, pois deverão ser aportados mais recursos humanos e financeiros, bem como ampliados os projetos de integração com as comunidades do entorno de seus novos limites. Além disso, o PNT apresenta uma biodiversidade significativa, apresentando, apenas em relação à flora, cerca de 1.600 espécies, das quais 400 estão ameaçadas. Desse modo, é absolutamente importante a manutenção de sua integridade ecológica.

Segundo o estudo de Mansilla-Baca (*apud* Ibama, 2004 b), o “encolhimento” da floresta do Maciço da Tijuca (não do PNT, que foi, inclusive, ampliado) foi de mais ou menos 12 quilômetros quadrados num período de 12 anos (de 1984 a 1996). As causas dessa diminuição são as pressões urbanas, principalmente, as ocupações desordenadas, formais e informais, e as recorrências de incêndios (por lixo, quedas de balões, pastagens, velas e capina). Calculou-se em 80% a perda de floresta até 2092, se for mantida a tendência atual mas o estudo ainda está sujeito a outros que o confirmem.

Por outro lado, a ampliação dos limites do PNT com certeza contribuirá para a preservação de mais áreas florestadas, propiciando melhoria da qualidade de vida da população carioca.

Mesmo com todas as ressalvas possíveis, o dado da perda florestal é agravado pela expansão de aglomerados urbanos de populações de baixa renda na cidade do Rio de Janeiro. Isso resulta da carência de uma política habitacional e de transporte público, destinada aos trabalhadores e trabalhadoras ao longo de sua urbanização. A situação indica a necessidade de ações de conservação integradas que priorizem:

- > o reflorestamento não apenas onde a floresta foi eliminada, mas também para aumentar a qualidade das atuais áreas degradadas (de floresta);
- > a necessidade de avaliar riscos e sucessos de projetos de reflorestamento;
- > o reconhecimento da pouca eficácia dos “ecolimites” para conter as pressões urbanas e a degradação da floresta;
- > a regulamentação do zoneamento da área incidindo diretamente nas causas da perda florestal (por causa do fogo, das ocupações desordenadas, por condomínios de luxo ou por favelas, e outras pressões urbanas), o que já vem ocorrendo no processo de atualização do plano de manejo da UC;
- > a informação e a educação ambiental para toda a população vizinha ao Maciço da Tijuca: pessoas ricas e pobres, face à ocupação legal e ilegal;
- > a aplicação de metodologia diferenciada para as três bacias (desaguando na Baía de Guanabara, na Bacia da Zona Sul e na Bacia de Jacarepaguá), para proporcionar a ligação entre os setores do PNT como parte da Reserva de Biosfera da Mata Atlântica;
- > O desenvolvimento de estratégias de integração social e melhoria de qualidade de vida das populações de baixa renda do entorno.

No caso de uma UC de proteção integral, como o PNT, existem várias restrições legais a serem consideradas para se chegar a esse quadro desejado. Há, potencialmente, mais liberdade de ação, de acordo com a lei, no entorno ou na zona de amortecimento (o que precisa do apoio da Prefeitura, não só mas especialmente do programa Mutirão de Reflorestamento e Proteção de Encostas, que, pelo Decreto 6.787/87, deve cuidar da regeneração de matas próximas ao PNT).

Em termos da segurança urbana, com conseqüências evidentes para o uso turístico do PNT, nas áreas de planejamento municipais (AP) em seu entorno (Zona Sul, Zona Norte, Barra da Tijuca e Jacarepaguá) somadas, registra-se a taxa de 200,5 homicídios por 100 mil habitantes/ano, sendo que, nas outras duas APs da cidade restantes, sem fronteira com o PNT, verifica-se a metade da taxa acima mencionada (Peixoto *et al*, 2006). Esse contexto exige um novo olhar da política ambiental relacionada às UC, especialmente com relação a parques nacionais em áreas urbanas, fortemente impactados por uma dinâmica social excludente do entorno, o que tende a amplificar a complexidade sobre a proteção da biodiversidade e a integridade do patrimônio natural, como questão essencialmente social.

No contexto regional, uma alternativa para a proteção de áreas naturais protegidas é a implementação de corredores ecológicos e, ainda, a gestão por mosaicos. Mosaicos

são um conjunto de UC de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas. Sua gestão deve ser feita de modo integrado e participativo, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação (unidades de proteção integral ou unidades de uso sustentável). A intenção, nesse caso, seria compatibilizar a proteção da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento econômico no contexto regional. O mosaico das UC relativas ao PNT, portanto, deve servir como um conjunto de parceiros a proteger a biodiversidade das UC municipais e o próprio parque.

Em relação ao potencial hídrico do PNT, 63 nascentes na área do Maciço da Tijuca abastecem uma pequena parcela da população que se beneficia diretamente desse conjunto. No entanto essa mesma população pode, simultaneamente, causar e enfrentar problemas nos mesmos locais e por uso indevido. Abaixo, as sub-bacias do PNT:

SUB-BACIA	ÁREA (Km ²)
Anil	5,57
Mangue	3,16
Mangue-Floresta	4,81
Cachoeira-Floresta	5,57
Rio Carioca	1,94
Botafogo	0,34
Lagoa	7,50
Rio das Pedras	0,45
Cachoeira-Paineira	2,39
Cachoeira	1,08
São Conrado	0,96
Rio da Barra	0,49
Covanca/Pretos Forros	5,00
Parque Lage	0,27

Fonte: Da Hora (2005).

Um dos elementos de viabilização do diálogo cooperativo entre o PNT e moradores e moradoras das comunidades localizadas no seu entorno é a proteção dos recursos hídricos, por ser reconhecível como um serviço prestado a essas pessoas (Camphora, 2005). Todavia, a relação tem sido conflituosa, por diversos motivos, já que a população ainda não se encontra devidamente informada das questões centrais relacionadas a possibilidades e restrições com relação à categoria de manejo que representa o parque, bem como verificados em demais UC de proteção integral. Entre essa falta de informação, pode-se ilustrar:

- > a limitação do uso do espaço que de privado passou a ser público, gerando problemas fundiários, ou seja, com pessoas que moravam no parque antes de sua criação;
- > a proibição da caça e da coleta de frutos ou de qualquer recurso natural vindo da floresta;

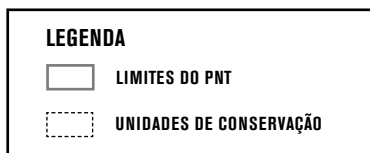
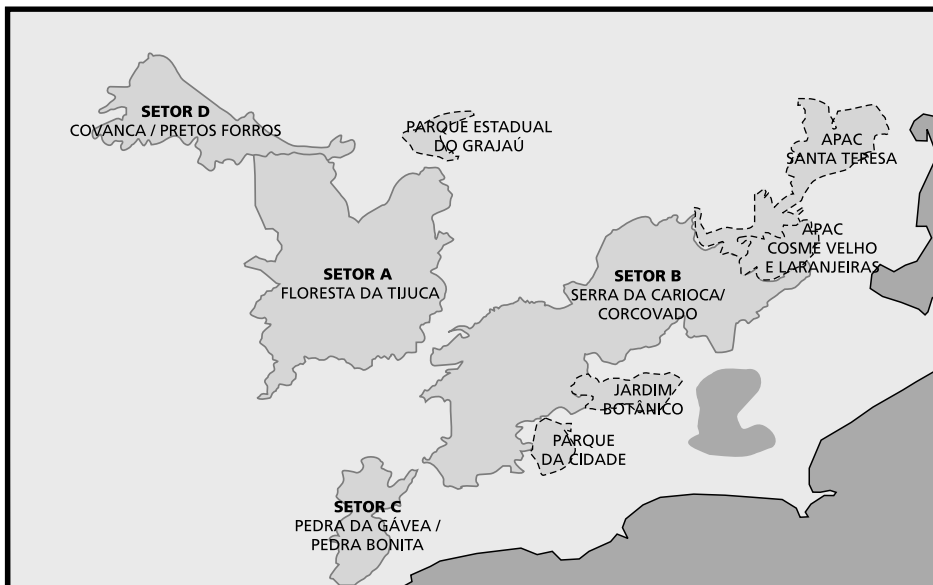
- > a proibição de alguns locais para banhos nos rios e cachoeiras locais;
- > a proibição do corte de árvores;
- > a proibição de oferendas religiosas;
- > os usos possíveis no contexto de um parque nacional.

A lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc/2000) visa assegurar que a gestão dos parques nacionais esteja integrada com políticas de administração das terras e águas circundantes, considerando as condições e necessidades sociais econômicas locais (artigo 5º, inciso VIII), embora outros programas federais já sigam a mesma linha.

O Programa Parques do Brasil, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, tem como objetivo a preservação de florestas associada à geração de empregos e de renda com aumento da qualidade de vida das populações locais. Trata-se de determinação também do Programa MAB da Unesco para a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (Lino; Dias, 2003).

É preciso considerar a mediação entre os recursos gerados pelos ecossistemas, a percepção desses serviços por beneficiários e beneficiárias, bem como a atribuição de responsabilidades, junto com o atendimento de direitos constitucionais a essa população, em vez de agir de modo meramente repressivo.

Parque Nacional da Tijuca e conjunto de UC do entorno



PENSANDO UMA METODOLOGIA DE GESTÃO INTEGRADORA NO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA

Utiliza-se o termo transversalidade como um modo de se conhecer, interpretar e buscar soluções para as questões socioambientais complexas. Considera-se transversal uma questão ou tema quando é internalizado nas diferentes disciplinas científicas e/ou instituições, como um método único (vide, por exemplo, Brasil, 2003).

Para a transversalidade, deve-se estimular a ação conjunta tanto entre instituições como entre escalas de governo (federal, estadual e municipal). Essas ações não deverão se restringir à manutenção da integridade da área (atual) do PNT, mas também incluir a recomposição da floresta em áreas degradadas e o desenvolvimento de programas que visem à “inclusão social”.

Inclusão social significa, por exemplo, geração de emprego, acesso à informação, mecanismos efetivos de participação nos processos decisórios, apenas para citar algumas questões-chave.

Existem algumas iniciativas da Prefeitura como os programas Mutirão Reflorestamento, Ecolimites, Ecoturismo, Favela-Bairro, além do Programa de Favelas da Cedae, entre outros, que objetivam diminuir os problemas das condições de vida nesses locais. Entretanto, algumas falhas podem ser observadas nesses programas e projetos, em virtude de sua falta de integração.

Em 1997, o PNT já contava com um conselho formado por representantes das esferas federal (diretoria de ecossistemas do Ibama, superintendência do Ibama/RJ, chefia do parque), estadual (Secretaria de Meio Ambiente) e municipal (Secretaria de Meio Ambiente), antes mesmo da edição da Lei do Snuc. O conselho objetivava, basicamente, a discussão em torno da efetivação da co-gestão entre o Ibama e a Prefeitura, bem como a elaboração de um plano estratégico visando à revitalização da UC, o que foi efetivamente concluído em 2000.

Em 2001, por meio da diretoria de ecossistemas do Ibama, no prazo de 48 horas a co-gestão do PNT teve de apresentar uma lista de membros para a composição do seu conselho gestor. A tarefa foi executada conforme a determinação, mas sem critérios ou aplicação de metodologias adequadas. Assim, apesar de o conselho ter algumas reuniões de capacitação realizadas pela dra. Iara Vasco Ferreira (gerente da Diretoria de Áreas Protegidas/MMA), não houve continuidade do processo, nem mesmo foi iniciada a elaboração do regimento interno do referido conselho.

Sabedora da precariedade do conselho gestor do PNT, a sua administração propôs, no âmbito do projeto Água em Unidade de Conservação, por meio do Ibase, a instalação do novo conselho gestor da UC, de forma participativa, com visibilidade e transparência, metodologia adequada e integração efetiva com a equipe do PNT.

Na gestão do PNT, é fundamental que haja uma permanente relação de diálogo, especialmente com os grupos que se encontram em situação de pobreza, vulnerabilidade e discriminação.

Para que se possa perceber melhor a aplicação dos conceitos comentados anteriormente ao contexto do PNT e seu entorno imediato na cidade, estudo do Geoheco (2003), considerando a renda e a escolaridade média das populações, identifica pontos de habitabilidade crítica. Assim, o estudo pode caracterizar maior ou menor vulnerabilidade socioambiental e, conseqüentemente, diferentes graus de pressão urbana contra o PNT (o que deve ser alvo de ações conjuntas entre os governos federal, estadual e municipal, com respectivos ministérios e secretarias, especialmente de urbanismo e meio ambiente, com destaque para o Instituto Pereira Passos e o Iplan-Rio).

A concentração de população de baixa renda é maior ao norte do que ao sul do Maciço da Tijuca e transcende os limites das populações de baixa renda (Geoheco, 2003). Também é ao norte onde há maior incidência de incêndios (Consórcio, 1997), o que pode caracterizar essa área como a mais crítica para atuação da administração do PNT e de seu conselho no momento.

A resolução de pressões (impactos e problemas), bem como conflitos por causa da situação socioambiental de empobrecimento e favelização, não poderá ser empreendida com a manutenção de um método de gestão meramente repressor.

Com esse conhecimento, o PNT realiza, desde 1997, oficinas de capacitação para pessoal interno (fiscalização ambiental, patrimonial, empresas e permissionários que atuam dentro dos limites da UC, moradores e moradoras etc.) e externo (alunos e alunas de escolas da rede municipal e privadas, membros de comunidades, grupos religiosos etc.) e tem um centro de visitantes que se constituiu em um pólo de informações para visitantes e usuários(as), incluindo divulgação de normas por meio de fôlderes.

Os direitos das populações de baixa renda do entorno do PNT não podem ser desprezados, até porque algumas de suas necessidades não estão necessariamente em conflito com a Lei do Snuc/2000, como no caso da captação de água das fontes do parque, apenas quando fora de seus limites.

É fundamental, portanto, o diálogo com a população moradora de comunidades de baixa renda e sua inserção em projetos do PNT, numa estratégia de parceria e intercâmbio em troca de benefícios que possam advir da existência da unidade de conservação.

Recomenda-se que o plano de ação bianual do conselho do PNT, a ser elaborado e efetivado, a partir da criação do novo conselho, procure conjugar a contribuição teórica de um número diverso de cientistas, instituições e movimentos sociais. Propõe-se, assim, uma discussão consistente envolvendo o olhar econômico, ambiental, social e político sobre o tema em questão (Acserald *et al.*, 2004; Crenshaw, 2004; Paixão, 2003; Ibase, 2000; Pnuma, 2004; Ibam, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Parque Nacional da Tijuca, parte integrante do bioma da Mata Atlântica brasileira, encontra-se inserido no que se considera um dos 25 *hotspots* reconhecidos no planeta, ou seja, que demandam urgência na sua preservação, tendo áreas fragmentadas e muitas de suas espécies endêmicas ameaçadas de extinção. Isso torna mais complexa sua preservação por estar totalmente inserido em um metrópole.

Assim, quanto maior a discussão entre o PNT e os atores sociais envolvidos, numa abordagem de gestão compartilhada da área protegida, maiores são as possibilidades do estabelecimento de acordos dialógicos e interativos para a proteção da biodiversidade. Da mesma maneira, a efetivação de parcerias com instituições públicas, privadas, organizações não-governamentais, comunidades locais, entre outros atores, para a resolução de conflitos, tensões e construção de projetos conjuntos constitui item essencial nos novos modelos de gestão de áreas protegidas.

A especificidade dos setores do PNT, combinada à pressão antrópica crescente em seus limites e à capacidade de suporte menor do que a visitação (em especial no Corcovado e fins de semana na Floresta da Tijuca), requer da gestão da UC meios para que possam ser minimizadas as várias questões discutidas. Uma prioridade nesse sentido é a consolidação do conselho gestor e a efetiva participação dos atores sociais envolvidos na gestão.

Desse modo, esta apostila apresenta de forma sucinta, a exemplo de outras da série, um mesmo conjunto de questões, desde a escala global e nacional até a local. Pensar a situação de uma UC nessa totalidade ajuda a identificar agentes-chave para a definição de prioridades de ação e resolução de problemas, bem como estimula a preservação dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. de A. A cidade, a montanha e a floresta. In: _____. (Org.). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 1992, p. 55-103. (Coleção Biblioteca Carioca, 21).

ACSELRAD, H. *et al.* *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

ALMEIDA, A. P. *Agenda 21 Comunitária: uma experiência no entorno do Parque Nacional da Tijuca (RJ)*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (Eicos), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ALMEIDA, A. P.; IRVING, M. A. Contribuições para o planejamento do turismo de base local: uma experiência de Agenda 21 comunitária no entorno do Parque Nacional da Tijuca (RJ). In: SOUZA, M. J. (Org.). *Políticas públicas e o lugar do turismo*. Brasília: UnB, 2002.

ALMEIDA, M. C.; PEIXOTO, S. L. Valoração da taxa de ocupação – um novo desafio para o Parque Nacional da Tijuca. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. *Anais...*, v. 2. Curitiba: Unilivre, 1997.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Procedimentos técnicos para o enquadramento de corpos de água – Documento orientativo*. Brasília, 2000. Mimeo.

_____. *Proposta metodológica para a avaliação de grau de impacto com conversão direta para compensação ambiental para o caso de empreendimentos pontuais de comunicação – Telecomunicação, radiodifusão e outras atividades afins, preexistentes em unidades de conservação*. Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Procedimentos técnicos para o enquadramento de corpos de água – Documento orientativo*. Brasília: 2000 a. Mimeo.

_____. Lei Federal n. 9.985/2000. Brasília, 2000 b.

_____. Conferência Nacional do Meio Ambiente. *Texto-base*. Brasília, 2003.

_____. *Áreas protegidas – Conhecimento e representações sociais das unidades de conservação pelos delegados da Conferência Nacional de Meio Ambiente 2003*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004 a. (Volume 1).

_____. *Áreas protegidas – Gestão participativa do Snuc*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004 b. (Volume 2).

_____. Resolução Conama 001/1996. Disponível em: <www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>. Acesso em: 28 maio 2005.

_____. Resolução Conama n. 357, 17/3/2005 – Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como

estabelece a condição e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Brasília, 2005. Mimeo.

_____. Tribunal de Contas da União. Conferencia Internacional sobre Auditoria del Medio Ambiente. *Revista do TCU*, Brasília, v. 35, n. 100, 2004.

BULLARD, R. D. *A anatomia do racismo ambiental e o movimento por justiça ambiental*. In: IBASE. *Movimento sindical e defesa do meio ambiente*. Rio de Janeiro: Ibase, 2000.

CAMPFORA, A. L. *Análise socioambiental dos condicionantes da gestão de recursos hídricos no Parque Nacional de Tijuca*. Rio de Janeiro: Instituto Terrazul, 2005. (Relatório, Programa Petrobras Ambiental – Projeto Água em Unidade de Conservação).

CEDAE. *Projeto de tratamento e disposição final dos efluentes das edificações do Parque Nacional da Tijuca*. Rio de Janeiro, s/d. Mimeo.

CONSÓRCIO AMIGOS DO PARQUE; DBE; SAGA. *Planejamento estratégico do Parque Nacional da Tijuca*. Rio de Janeiro, 1997. Mimeo.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero. In: IBAM; UNIFEM; DFID. *A intersecção das desigualdades de raça e gênero*. Rio de Janeiro: Ibam, 2004.

DA HORA, M. de H. G. M. *Disponibilidade hídrica das sub-bacias do PNT*. Rio de Janeiro: Instituto Terrazul, 2005. (Relatório, Programa Petrobras Ambiental – Projeto Água em Unidade de Conservação).

DFID. *Manual de treinamento em desenvolvimento social*. Brasília: Ministério do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional, 2005.

DIEGUES, A. C. *O mito da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.

GELUDA, L. *Pagamentos por serviços ecossistêmicos relacionados com recursos hídricos previstos na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. Rio de Janeiro: Instituto Terrazul, 2005. (Relatório, Programa Petrobras Ambiental – Projeto Água em Unidade de Conservação).

GEOHECO. *Estudo sobre a qualidade ambiental do geocossistema do Maciço da Tijuca – Subsídios à regulamentação da Aparu do Alto da Boa Vista*. Rio de Janeiro: Smac, 2003. CD-ROM.

HEYNEMANN, C. *Floresta da Tijuca – natureza e civilização no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

IBAMA; ISER. *Saiba como e por que conviver com a floresta numa boa*. Rio de Janeiro: Cecip, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. *Manual do prefeito*. 12. ed. Rio de Janeiro: Ibam, 2005.

_____. *I Workshop de Incentivo à Pesquisa Aplicada ao Manejo do Parque Nacional da Tijuca*. Rio de Janeiro, 2004 b. Mimeo.

_____. *Proposta de Ampliação do Parque Nacional da Tijuca*. 2004 c. Mimeo.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL; FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. *Plano de manejo do Parque Nacional da Tijuca*. Rio de Janeiro: Ibama, 1982. Mimeo.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS *et al.* *Planejamento Econômico (Plano de Negócios) do Parque Nacional da Tijuca*. Rio de Janeiro, 2002. Mimeo.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. *Documento básico de informações sobre o Parque Nacional da Tijuca*. Brasília: Brasília, 1994.

_____. *O Parque é seu: como conhecer, usar e cuidar do Parque Nacional da Tijuca*. Rio de Janeiro: Ibama, 1998.

_____. *Valoração ambiental das Infra-estruturas em UC de proteção integral: o caso do Parque Nacional da Tijuca*. Rio de Janeiro, 2001. Não publicado.

_____. *Como o Ibama exerce a educação ambiental*. Brasília: Ibama, 2002 a.

_____. *Roteiro metodológico de planejamento (para parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas)*. Brasília, 2002 b. Mimeo.

_____. *Proposta de metodologia para a avaliação de grau de impacto com conversão direta para compensação ambiental – Parecer técnico Direc.* Rio de Janeiro: Ibama, 2003.

_____. *Relatório da oficina de planejamento – Plano de manejo do Parque Nacional da Tijuca*. Rio de Janeiro, 2004 a. Mimeo.

_____. *Práticas religiosas em áreas protegidas – Relatório de oficina de planejamento, Parque Nacional da Tijuca*. Rio de Janeiro, 2005. Mimeo.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. *Movimento sindical e defesa do meio ambiente*. Rio de Janeiro: Ibase, 2000.

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO. *O Parque Nacional da Tijuca – Contribuição para a gestão compartilhada de uma unidade de conservação urbana. Comunicação do Iser*, Rio de Janeiro, n. 54, ano 19, 2000.

INSTITUTO TERRABRASIL. *Projeto Isso é que é parque – Implantação do Sistema de Gestão Ambiental no Parque Nacional da Tijuca*. 2004. (CD-ROM).

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO; FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE. *O Parque Nacional da Tijuca – Contribuição para a gestão compartilhada de uma unidade de conservação urbana*. Rio de Janeiro, 1999.

IRVING, M. A. *Refletindo sobre o ecoturismo em áreas protegidas – Tendências no contexto brasileiro*. In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002.

_____. *O Parque Nacional da Tijuca: perfil dos usuários*. Rio de Janeiro: Ibama, 1998.

ISHWARAN, N.; DEBONNET, G. Conservation amid conflict: protected areas for peace and cooperation. In: *Secretariat of the CDB - Biodiversity issues for consideration in the planning, establishment and management of protected area site and networks*. Montreal, 2004. (CDB Technical Series, n. 15).

IUCN. *Message of the V IUCN World Parks Congress to the Convention on Biological Diversity*. Durban, 2003.

LINO, C. F.; DIAS, H. (Orgs.). *Águas e florestas da Mata Atlântica: por uma Gestão Integrada*. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2003. (Caderno 27 – Série Políticas Públicas).

LOUREIRO, C. F. B. *et al. Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ibama, 2005.

MOURÃO, R. R. F. *Explicando a teoria da relatividade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

MOVCHAN, Y. Transboundary protected areas: issues for considerations. In: *Secretariat of the CDB - Biodiversity issues for consideration in the planning, establishment and management of protected area site and networks*. Montreal, 2004. (CDB Technical Series, n. 15).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Relatório da Comissão sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Nosso Futuro Comum*. São Paulo: FGV, 1991.

PÁDUA, M. T. J. *Diagnóstico do subsistema de conservação e preservação de recursos naturais renováveis*. Brasília: IBDF, 1978.

PAIXÃO, M. J. P. *Desenvolvimento humano e relações raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PEIXOTO, S. L., IRVING, M.; VASCO FERREIRA, I.; PRATES, A. P. L. *Parque Urbano da Paz: a construção de um novo conceito no Parque Nacional da Tijuca*. 1º SEMINÁRIO DE ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

PEIXOTO, S. L.; SOUZA, R. H. S *et al.* Sustentabilidade financeira em unidades de conservação no Brasil – parques nacionais e áreas de proteção ambiental – serviços públicos de captação de água, comunicação e rede elétrica. In: THE 7th BIENNIAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL SOCIETY FOR ECOLOGICAL ECONOMICST SOUSSE, Tunísia, 6-9 mar. 2002.

PEIXOTO, S. L.; COELHO, B. H. S.; GELUDA, L.; SOPER, S. *Uso do planejamento econômico na gestão do Parque Nacional da Tijuca*. In: 1º CONGRESSO ACADÊMICO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, FGV, 2004.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). *Metodologia para a elaboração dos Relatórios Geocidades – Manual de aplicação*. Rio de Janeiro: PNUMA, 2004.

PROJETO ESPAÇO SAGRADO OKU ABO. *Educação ambiental para religiões da natureza*. Rio de Janeiro: Ibama, s/d. Mimeo.

PROJETO GEOCIDADES. *Relatório ambiental urbano integrado – Informe Geo-Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consórcio Parceria 21, 2002.

QUINTAS, J. S. *Introdução à gestão ambiental pública*. Brasília: Ibama, 2005.

QUINTAS, J. S.; GUALDA, M. J. *A formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental*. Brasília, 1995. Mimeo.

RAMBALDI, D. M. *et al.* *A reserva da biosfera da Mata Atlântica no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2003. Mimeo. (Série Estados e Regiões da RBMA, caderno n. 22).

TOLMASQUIM, M. T. *Einstein, o viajante da relatividade na América do Sul*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2003.

SILVA, A. Z. M. *Minha casa virou parque: percepção ambiental das comunidades do entorno do Parque Nacional da Tijuca*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (Eicos), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVIO, S. M.; MARILIZ, F. *Parques urbanos no Brasil/Brazilian Urban Parks*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004. (Coleção Quapá).

VELLOSO, R. *Diagnóstico de qualidade ambiental dos recursos hídricos do PNT – Produto 1 – Diagnóstico preliminar*. Rio de Janeiro, 2005. (Água em Unidade de Conservação – Projeto Piloto para a Mata Atlântica).

VIEIRA, Ana Cristina P. *Lazer e cultura na Floresta da Tijuca: história, arte, religião e literatura – Parque Nacional da Tijuca*. Rio de Janeiro: Makron Books, 1999.

Espaços colegiados e descentralizados de gestão, como conselhos de direitos, são instâncias privilegiadas do exercício da democracia e da participação. Nesse sentido, o papel do Ibase em ações voltadas para o fortalecimento da gestão participativa em unidades de conservação tem sido criar as condições necessárias que facilitem a interlocução entre os diferentes atores envolvidos.

A metodologia proposta pelo Ibase, em consonância com a Coordenação Geral de Educação Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para atuação em unidades de conservação, parte da criação coletiva de um espaço sistemático de conversação, explicitação e negociação de diferentes interesses e da aprendizagem compartilhada, envolvendo variados saberes e referências. Por meio de práticas e metodologias participativas, a linha de ação busca alternativas técnicas e políticas capazes de aprimorar práticas sociais e fortalecer a gestão democrática do Parque Nacional da Tijuca.

Este texto é parte de um conjunto de cinco apostilas produzidas no âmbito do projeto Água em Unidade de Conservação. Tem o propósito de contribuir para o processo educativo que a linha de educação ambiental do referido projeto estabelece com os membros do conselho consultivo do Parque Nacional da Tijuca e parceiros estratégicos. Inclui-se nas iniciativas de fortalecimento desse conselho e da gestão participativa do parque.

